



Programa de Governo

da Unidade Popular para Cabo Frio

2021-2024

PROF. FERNANDO DE OLIVEIRA - Prefeito
THAINÁ TEIXEIRA - Vice-prefeita

Cabo Frio
23/09/2020
Versão 1.0

1 - APRESENTAÇÃO

O presente documento apresenta as propostas do candidato a prefeito, **Fernando Moraes de Oliveira** e da candidata a vice-prefeita, **Thainá Teixeira**, **ambos da Unidade Popular (UP)** para a administração municipal no período de 2021-2024.

As propostas foram construídas a partir de uma **construção coletiva**, na qual a população foi ouvida em seus territórios, ou seja, foi um processo de construção que deu voz ao povo historicamente silenciado, pois entendemos que **precisamos conhecer e vivenciar os territórios**, conhecer a realidade do povo para propor a construção de políticas públicas adequadas às suas reais necessidades, principalmente mulheres, negros e negras, trabalhadores formais e informais, a juventude, comunidade LGBTQTT+ e o povo pobre das periferias da cidade.

Ao longo desta construção, a população de Cabo Frio ganhou um espaço para falar e discutir o que é necessário para a cidade, pois entendemos que só o povo é capaz de salvar o povo.

Considerando os objetivos expostos acima, a construção do presente Programa de Governo Popular tem sido feita através da participação de vários atores sociais, considerados lideranças de várias entidades e dos diversos setores da sociedade civil. Para isso, foram criados grupos de trabalhos (GTs) nas seguintes áreas: Cultura, Esporte e Lazer, Educação, LGBTQTT+, Juventude, Causa animal, Mulheres, Meio Ambiente, Mobilidade urbana, Moradia, Questões raciais, Saúde, Segurança pública, Trabalho e Renda e Turismo.

Cada GT tem sido coordenado por uma liderança da área que foi responsável por recolher as demandas, organizar os debates através de reuniões remotas, encontros presenciais e questões acumuladas ao longo da militância dos movimentos sociais que constituem o partido, e portanto, capaz de produzir propostas após esgotadas as discussões das mais variadas temáticas.

As propostas recebidas até a data de fechamento desta primeira **versão (1.0)** serão apresentadas aqui, sendo resultado de um amplo diagnóstico e que, de fato, representam as necessidades do povo cabofriense. Essas necessidades estão entre as principais pautas de luta e realidade municipal. Neste sentido, é essencial levarmos em conta o retrocesso que ataca os nossos direitos mais fundamentais, tais como: Educação, Saúde e o Direito ao Trabalho. E não menos importante, a própria Democracia.

Durante o período de sua gestão (2021-2024) o candidato da UP vai implementar uma proposta de **governo popular**, ou seja, **um governo do povo e para o povo**.

Trata-se de um trabalho em construção permanente, desse modo convidamos todas e todos a se somarem nessa luta que vai muito além do processo eleitoral, a Unidade Popular se propõe a resolver os problemas da população e não ser mais um partido a remediar nossos problemas diários. Envie suas propostas, faça contato conosco pelo telefone/whatsapp **(22)99804-6728** ou pelo e-mail: **assessoriaupcabofrio@gmail.com**. Queremos e precisamos dialogar! A construção é permanente, só a luta muda a vida!

2 - QUEM SOMOS?

É fato que parte das pessoas que constroem a Unidade Popular (UP) hoje está há alguns anos participando ativamente das lutas na cidade de Cabo Frio pela educação, pelas mulheres e pelos trabalhadores/as.

Hoje a **UP é construída por diversos movimentos sociais** como a UJR e o Correnteza, que unem as reivindicações da nossa juventude, o Movimento Luta de Classes (MLC), que está junto dos sindicatos nos mais diversos setores de trabalho, o Movimento de Mulheres da Região dos Lagos (MMRL), que junto com o Movimento Nacional Olga Benário se coloca na luta pela vida das mulheres, o Movimento Negro Perifa Zumbi, que organiza o povo negro no enfrentamento da luta antirracista e o Movimento de Luta nos Bairros Vila e Favelas (MLB) que levanta a discussão da moradia digna e própria para o povo, além de condições de existência.

Nossos militantes foram se multiplicando pela quantidade de demandas da cidade e hoje formam um time de lideranças de bairro, escolas, sindicatos e etc., e isto nos mostra o amadurecimento e crescimento na disputa de uma política que se coloca no dia a dia da cidade. Por isso, a importância de **fortalecer a cada dia mais a UP em Cabo Frio, manter a construção dos nossos movimentos na região** e nos colocar na **luta política**.

Só uma luta cotidiana ao lado do povo é capaz de **retomar o sentido da política** que a burguesia nos tomou, **ocupar os espaços que são nossos** e os ricos nos tiraram.

Após a conquista do registro eleitoral, no dia 10 dezembro de 2019, a Unidade Popular participará pela **primeira vez de uma eleição**. Não será uma tarefa simples, pois a democracia burguesa é uma verdadeira ditadura para a classe trabalhadora e seus partidos.

A eleição municipal de 2020 tende a ser uma das mais decisivas e disputadas da história recente, pois os seus resultados terão como consequência os rumos políticos do país no próximo período. Trata-se de uma oportunidade que a **UP deve aproveitar para crescer** sua influência junto ao povo e **enfraquecer o fascismo**.

A Unidade Popular, em Cabo Frio, deseja governar para os trabalhadores mais pobres, explorados e oprimidos. Não ficaremos presos aos acordos de gabinete, nem ao toma lá dá cá. Nosso objetivo é conquistar **bases sociais** que deem sustentação e apoiem os projetos que desenvolveremos a seu favor, fazendo **avançar a emancipação política e econômica do nosso povo**.

3 - A IMPORTÂNCIA DO EXECUTIVO

O executivo municipal é exercido pelo prefeito, que será auxiliado pela vice-prefeita e por secretárias(os) municipais. De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, cada município é autônomo, sendo responsável pela sua própria organização, administração e arrecadação de impostos.

Aos prefeitos cabe a **administração dos serviços públicos municipais** nas áreas da saúde, educação, transporte, segurança e cultura. Ainda é de competência dos prefeitos apresentar projetos de leis à Câmara Municipal, sancionar, promulgar, fazer publicar e vetar as leis, convocar extraordinariamente a Câmara Municipal, quando necessário, e representar o município em todas as circunstâncias; requisitar à autoridade policial mais graduada no município a força necessária para fazer cumprir a lei e manter a ordem; e prestar contas de sua administração, na forma estabelecida na Lei Orgânica do Município, nas disposições constitucionais e na legislação específica.

Considerando o **princípio do programa da Unidade Popular (UP)**, o executivo terá como principal objetivo **exercer indiretamente o poder do povo**, visando assegurar o exercício pelo cidadão dos mecanismos de controle da legalidade e da legitimidade dos seus próprios atos e da eficácia dos serviços públicos, visando à construção de uma sociedade participativa em que o povo tenha vez e voz.

A participação popular será garantida nos diferentes conselhos consultivos e deliberativos que compõem as secretarias da gestão municipal, com destaque o **Conselho de Desenvolvimento da Cidade que é consultivo e deliberativo e sua composição prevê ampla participação da sociedade civil.**

4. PROPOSTAS DA UP PARA CABO FRIO: Prioridades e compromissos

4.1. ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇO PÚBLICO

4.1.1. Instituir o Conselho da Cidade: Órgão de participação popular junto a prefeitura, que terá caráter de definir as ações da prefeitura em todos os aspectos da cidade e da administração pública. O Conselho da Cidade será composto por delegados eleitos nas conferências regionais e nos conselhos temáticos e terá poder deliberativo. O Conselho da Cidade se reunirá trimestralmente. O Prefeito terá a obrigação de prestar contas do seu mandato diante do Conselho da Cidade e acatar as propostas emanadas da participação popular. Objetivo: Engajar a população nos debates e decisões da cidade e efetivar a democracia popular;

4.1.2. Revogar a Reforma da Previdência Municipal. Objetivo: Garantir o direito a aposentadoria dos servidores públicos e não colocar o dinheiro da aposentadoria no mercado financeiro. Aposentadoria é solidariedade entre gerações! Aposentadoria da mulher: 55 anos; Aposentadoria dos homens: 60 anos. Tempo de serviço mínimo 25 anos;

4.1.3. Realizar Conferências regionais da Cidade e das Conferências temáticas. Objetivo: Ampliar a participação popular e dar sustentação ao Conselho da Cidade;

4.1.4. Reduzir a Jornada de Trabalho para 6 horas diárias garantindo a ampliação de salários. Objetivo: Oferecer melhores condições de trabalho para os servidores públicos. Eliminar a sobrecarga de trabalho e realizar concursos públicos para atender a demanda de serviços. A partir do desenvolvimento tecnológico ofertar um serviço de mais qualidade à população;

4.1.5. Instituir a Secretaria de Direitos Humanos e combate ao Racismo, Secretaria de Mulheres e combate a LGBTTfobia. Objetivo: Garantir o respeito à vida, independente de orientação sexual, cor e religião;

4.1.6. Realizar todos os concursos necessários, durante os quatro anos de governo, e criar todos os Planos de Cargos e Salários das categorias que ainda não o tem, respeitando o piso salarial nacional, acordos coletivos, diálogo com a categoria e valorizando o serviço público. Se os trabalhadores são valorizados, o serviço oferecido a população tem a qualidade elevada; e,

4.1.7. Reduzir os cargos comissionados para 30% do número atual, fazer com que nenhum comissionado tenha, exercendo a mesma função, salário maior que um servidor de carreira e que sejam selecionados pela comunidade, reduzindo gastos com comissionados e democratizando os cargos.

4.2. EDUCAÇÃO

4.2.1. Analfabetismo:

- a. Criação do Programa “Educação é um Direito Humano” para combater o analfabetismo de 6,1% na cidade (Fonte: Atlas Brasil, censo 2010). Um programa que estimule as iniciativas de educação, realizando um mapeamento por bairro, levando em conta o aprendizado dos atuais alfabetizadores e oferecendo bolsas extras para educadores e alunos;
- b. Fortalecer e ampliar as turmas de EJA; e,
- c. Organizar brigadas de alfabetização nos bairros e favelas com estudantes universitários ou outros voluntários.

4.2.2. Educação Integral:

- a. Estabelecer um novo modelo de educação integral preocupada com o desenvolvimento intelectual, cultural e social a partir da perspectiva do processo de ensino e aprendizagem da educação popular, com o objetivo de edificar uma educação crítica que construa cidadãos conscientes e politicamente ativos;
- b. Implementar o tempo integral em todas as escolas do município com a criação do Programa “Escola Aberta”, com o objetivo de possibilitar a integração da Escola com a vida social do bairro. Promover em cada escola a educação laica, equipamentos tecnológicos que auxiliem na produção do conhecimento, valorização da história indígena, negra e quilombola, ensino de artes, xadrez, dança, música, educação física, aulas de reforço, grupos de estudo, acompanhamento psicológico e alimentação para os estudantes e educadores, especialmente à partir das hortas comunitárias e agricultura familiar; e,
- c. Promover uma ampla discussão do currículo com a comunidade escolar que defenda uma formação humana integral.

4.2.3. Fazer da Conferência Municipal de Educação um espaço participativo promovendo o empoderamento da comunidade escolar, professores e professoras, técnicos e auxiliares educacionais, estudantes, pais e mães, para que o investimento e as ações da prefeitura sejam debatidos coletivamente;

4.2.4. Promover a educação sexual nas escolas oferecendo às crianças e adolescentes uma educação sexual que garanta o cuidado com a saúde, o combate à violência sexual, a pedofilia, o enfrentamento à desumanização entre as pessoas e promova respeito à diversidade sexual;

4.2.5. Garantir o acesso universal das crianças à creches e pré-escolas de turno integral a partir de um levantamento da demanda para construção de novas unidades;

4.2.6. Assegurar a criação de um plano de retorno às aulas pós pandemia promovendo um trabalho que recupere o prejuízo pedagógico dos estudantes afastados da escola e garantido a prevenção ao contágio do Novo Coronavírus;

4.2.7. Afirmar a manutenção das turmas de ensino médio municipal que sofreram ataque nos últimos anos e a permanência do Escola Municipal Luis Lindenberg;

4.2.8. Bibliotecas Municipais:

- a. Endossar a valorização do prédio histórico da Biblioteca Municipal Professor Walter Nogueira, em Cabo Frio, e a reabertura da Biblioteca Municipal de Cultura, em Tamoios, tornando os dois espaços de cultura de referência para a cidade; e,
- b. Estabelecer parceria com o governo estadual para utilizar as estruturas das bibliotecas dos CIEPs, abrindo para a utilização da comunidade de cada localidade, proporcionando assim a criação de cinco bibliotecas públicas em áreas periféricas de Cabo Frio.

4.2.9. Valorização dos profissionais da educação

- a. Respeitar o plano de carreira existente (Lei Complementar Nº 012, de 27 de junho de 2012) garantindo assim a isonomia salarial entre contratados e efetivos, o pagamento dos reajustes salariais e o direito ao enquadramento por formação;
- b. Certificar o atendimento psicológico para professores e estudantes em cada escola através de concurso público para a contratação desses profissionais;
- c. Implementar formação continuada feita pelos pares, de dentro e fora da escola, envolvendo também profissionais da esfera municipal, estadual e federal, tendo oportunidade de contagem de horas para estes professores formadores. Explorar também o convênio firmado entre Departamento de Formação Continuada e o IFF Cabo Frio;
- d. Realizar uma completa convocação do concurso de 2009 e garantir o cumprimento do Artigo 6º da Lei Complementar nº 012/2012 realizando quantos novos concursos forem necessários para reversão da relação de quadro de funcionários contratados e concursados, objetivando atingir dentro de quatro anos 90% de concursados; e,
- e. Pagamento dos débitos com os servidores municipais da educação, ativos e inativos.

4.2.10. Gestão escolar participativa:

- a. Garantir eleições para o cargo de direção escolar; e,
- b. Respeitar a Lei Municipal nº 3.018/2019 que dispõe sobre os Conselhos Escolares e fortalecê-los estimulando o processo democrático da comunidade escolar com as Assembléias gerais e seccionais, envolvendo voz e voto de estudantes, responsáveis, funcionários e professores.

4.2.11. Criar programas suplementares que assegure material didático, uniformes, assistência e prevenção em saúde para os estudantes;

4.2.12. Organizar um transporte escolar eficiente no município de forma a garantir o acesso de todos os estudantes à educação pública, gratuita e de qualidade;

4.2.13. Educação inclusiva:

- a. Propiciar a inclusão dos estudantes com necessidades especiais (PNE) ou com deficiência (PcD) nas turmas regulares com o auxílio de um profissional qualificado se necessário;
- b. Garantir acessibilidade no transporte, no espaço arquitetônico, na metodologia e no atendimento dos estudantes e professores PNE ou PcD;
- c. Promover junto com o IFF Cabo Frio cursos de capacitação/formação em educação inclusiva para auxiliares de classe, atendendo grande demanda do município;
- d. Fazer vigorar a “Lei de Libras” de nº 3.027/2019 que institui ensino obrigatório de Libras na educação infantil e ensino fundamental das escolas municipais;

4.2.14. Estrutura, manutenção e construção das unidades escolares:

- a. Fomentar reformas em todos os espaços escolares para garantir acessibilidade arquitetônica à comunidade escolar;
- b. Providenciar a substituição da utilização de prédios alugados por prédios públicos; e,
- c. Excitar as reformas necessárias nos prédios escolares.

4.2.15. Certificar a transparência e promover a participação da população no Conselho do FUNDEB e a transmissão ao vivo de todos os conselhos;

4.2.16. Garantir a porcentagem de 35% do total de verbas do município em investimento na educação;

4.2.17. Valorização da cultura quilombola através de projetos educacionais para as áreas em que estão localizados os quilombos.

4.2.18. Ensino técnico e profissionalizante:

- a. Valorização e expansão do Colégio Agrícola Municipal Nilo Batista enquanto colégio quilombola e de ensino técnico. Aproximar o Nilo Batista do IFF Cabo Frio e fazê-lo ponto de partida para pensar trabalho e renda no município;
- b. Engrandecer o IFF Cabo Frio enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão de grande importância para minimizar as desigualdades sociais e de ensino da cidade, promovendo educação de qualidade no interior e projetos de pesquisa e extensão que gera retorno para o município;

c. Criação de novos cursos técnicos/profissionalizantes atendendo aos arranjos produtivos locais (APLs); e,

d. Viabilizar a entrada de outras instituições públicas na cidade para inauguração de novas escolas de ensino politécnico a exemplo do Instituto Politécnico da UFRJ que existia na cidade até o ano de 2016.

4.2.19. Ensino Superior:

a. Construir um plano de acesso dos estudantes cabofrienses ao ensino superior em instituições públicas da região como IFF, CEDERJ e IFRJ, buscando a criação de cursos noturnos de graduação nos IF's da região, possibilidade de implantação de *campi* do IFF Cabo Frio em outros bairros da cidade e o oferecimento de bolsas-auxílio para políticas de acesso e permanência; e,

b. Viabilizar a entrada de universidades públicas na cidade dando opções de emancipação através da educação para a juventude cabofriense.

4.2.20. Criar ou transformar uma escola dentro de Cabo Frio em “escola modelo” que terá em seus princípios métodos pedagógicos alternativos e diferenciados, preferencialmente em uma unidade localizada em algum bairro periférico, com movimentação interna e estímulo aos professores que tenham atração e interesse por esse tipo de trabalho escolar diferenciado.

4.2.21. Incentivar a capacitação permanente entre os(as) servidores(as) das escolas de Cabo Frio, através do projeto “Escola de Educação”, com garantia de parte da carga-horária semanal do(a) profissional destinada à capacitação.

4.3. CULTURA, ESPORTE E LAZER

4.3.1. Realizar anualmente o Festival da Cultura Popular, promovendo artistas locais, garantindo a diversidade cultural e interação entre os artistas de diversas áreas;

4.3.2. Implementar Centros Educativos de Arte Comunitária, oferecendo nos bairros um espaço adequado para que a população, especialmente os mais jovens, possam ter acesso a diversas possibilidades artísticas e de interação social;

4.3.3. Criar uma gravadora e produtora municipal, fomentando os artistas da música da cidade, promovendo-os e oferecendo condições de trabalho;

4.3.4. Realizar a conferência municipal de cultura, debatendo junto aos profissionais da cultura e de toda a sociedade, fazendo com que o investimento e as ações da prefeitura sejam debatidos coletivamente;

4.3.5. Descentralizar atividades e eventos de esporte e lazer, garantindo que Esporte e Lazer também estejam presentes nos bairros mais periféricos e não nos bairros centrais e/ou tradicionais;

4.3.6. Criar ou ampliar a oferta de equipamentos públicos de ginásticas de acordo com as demandas de cada localidade, garantindo estrutura mínima para a prática de ginásticas para melhoria da saúde da população; e,

4.3.7. Incentivar a ação conjunta da comunidade com órgãos públicos para a manutenção e recuperação das instalações e equipamentos de lazer existentes, garantindo manutenção e um bom funcionamento dos equipamentos de lazer e ginástica.

4.4. DIREITOS DA JUVENTUDE

A luta pela construção de um programa popular para todo Brasil, assim como para Cabo Frio, procura garantir condições de vida digna para toda população. Pensar essas políticas públicas necessárias aos cabofrienses é conseguir, também, elaborar propostas específicas para a juventude, que vem sendo tolhida de viver em plenitude.

Entendemos que os demais pontos perpassa, necessariamente, por esse e portanto a luta pelos direitos da juventude não serão pontuados só aqui, mas destrinchados ao longo do programa.

Atualmente, não existem políticas públicas efetivas direcionadas à juventude. Entendemos que os espaços da cidade precisam ser pensados tendo esse direcionamento, garantindo **democratização do ensino**, da **cultura**, do **acesso a cidade** e dando a **assistência** necessária para aqueles em **vulnerabilidade**. Fazer uso das ferramenta que o nosso município tem são fundamentais para atender as demandas da juventude.

De uma forma geral, o propósito da Unidade Popular (UP) para com a juventude de Cabo Frio é dar **suporte, incentivo e recursos necessários** para uma melhor **qualidade de vida**.

Com isso, algumas propostas são centrais para colocar em prática o que defendemos:

4.4.1. Instituir a Secretaria de Juventude:

Já temos um espaço em nosso município reservado para promover políticas públicas voltadas aos jovens, a Superintendência. Mas não se faz suficiente para atender as demandas colocadas, então é preciso expandir esse trabalho e garantir que essa secretaria tenha um funcionamento ativo e aberto às demandas da juventude materializando essas propostas.

4.4.2. Capacitar jovens para ingressar no mercado de trabalho:

Hoje, ao mesmo tempo que os empregos demandam uma série de experiências e capacitações para serem ocupados, os jovens não conseguem ocupá-los por estarem começando a ingressar no mercado de trabalho. Por isso é preciso incentivar o primeiro emprego através de cursos técnicos e profissionalizantes, a exemplo do técnico em hospedagem oferecido pelo IFF - Cabo Frio, que profissionaliza jovens para atuar no mercado de trabalho local, tendo em vista que a cidade de Cabo Frio é uma cidade turística. Para além disso, também se faz necessária a oferta de cursos que agreguem no currículo do jovem, tanto em quesitos complementares como idiomas e informática até qualificações e áreas de conhecimento específicas a exemplo de: barbearia, estética, fotografia, culinária, design gráfico, entre outras.

4.4.3. Reservar vagas de estágio no serviço público municipal:

Além de garantir a capacitação é preciso que os jovens tenham garantia de emprego. Os estágios são fundamentais para os estudantes complementarem sua renda e para que consigam se manter nas instituições de ensino e que adquiram experiência em sua área de atuação.

4.4.4. Criar a Agência Municipal do Primeiro Emprego:

Conseguir dar funcionalidade aos setores da prefeitura destinados à Juventude é essencial para efetivação das políticas para os jovens cabofrienses e centralizar e organizar as vagas destinadas a jovens no mercado de trabalho ajuda a fazer essa conexão e para essa assistência criaremos a Agência Municipal do Primeiro emprego.

4.4.5. Incentivar Conferências para a juventude:

Como defendemos, não é possível fazer política para o povo sem o povo, assim como não podemos pensar a cidade para os jovens sem os jovens. Então a criação das conferências para a juventude surge para organizar a juventude entorno da construção de propostas de governo, gerar políticas para conquistar direitos e pensar todas as dificuldades e soluções.

4.4.6. Criar um Programa de Assistência Estudantil municipal:

As cidades do interior, em sua maioria, não possuem campus de Universidades Estaduais e Federais e a situação é ainda mais alarmante quando tratamos do número de cidades com Universidades Municipais. Em Cabo Frio podemos contar com um campus do Instituto Federal Fluminense, que cumpre um papel fundamental para comunidade local. Entretanto, possui apenas cursos de algumas áreas específicas, não sendo suficientes para atender a demanda de todos os estudantes da região. Por conseguinte, muitos jovens de Cabo Frio só possuem a opção de cursar ensino superior em outras cidades ou em universidades particulares. Mas a situação econômica desses estudantes não condiz com essa realidade, gerando um alto índice de evasão nas instituições de ensino. Nesse sentido, é necessário um programa de assistência estudantil que colabore com a permanência dos jovens nestas universidades, disponibilizando auxílios financeiros que permitam arcar com os custos de transporte, alimentação, mensalidade e gastos que dificultem a sua estadia na instituição de ensino, contribuindo para a manutenção de jovens de baixa renda em universidades. Embarcando assim tanto os jovens cabofrienses que apesar de residirem na cidade, estudam em outra, quanto aqueles que passam a morar aqui para os estudos.

4.4.7. Criar o Programa Juventude e Participação:

A velha política dos ricos e coronéis, vem sendo construída de maneira a afastar a juventude dos principais espaços de debate da sociedade, subestimando a importância dos jovens como linha de frente das transformações. Por isso, se faz necessária a inversão desta lógica, através da realização de palestras e atividades culturais, dentro e fora das escolas. Incentivo à participação da juventude nas associações de moradores, em conferência para juventude, na construção política dos bairros, na livre organização e autonomia em assembleias e entidades estudantis, entre os diferentes espaços políticos existentes na cidade é uma meta que percorremos.

4.5. MULHERES E COMUNIDADE LGBTTT+

A situação das mulheres na cidade de Cabo Frio passa por inúmeras debilidades, e segundo dados do Centro Especializado de Atendimento à Mulher quase quatrocentas mulheres foram vítimas de violência doméstica nos sete primeiros meses de 2019, demonstrando que a cidade possui alarmantes índices de violência contra a mulher.

Além disso, há a ausência de creches e escolas de educação infantil públicas em tempo integral, que dificulta a vida das mulheres trabalhadoras. Outro ponto é na área da saúde, apesar da existência do Hospital Municipal da Mulher o investimento na saúde pública e nesse espaço é extremamente baixo, só no ano de 2019 dezenas de mães perderam seus filhos por faltar insumos e muitas das vezes por negligência do hospital.

Nota-se a ausência de investimentos em políticas públicas efetivas que garantam os direitos das mulheres e a qualidade de vida das cabofrienses, sendo assim propomos:

4.5.1. Instituir a Secretaria de Mulheres e combate a LGBTTTfobia, garantindo espaço institucional para ampliar as políticas públicas para mulheres e LGBTTT+s;

Como combate à violência doméstica:

4.5.2. Ampliar centros de Referência da mulher e CEAM - Centro Especializado de Atendimento à Mulher vítima de violência doméstica, oferecendo apoio às mulheres vítimas de violência doméstica, permitindo com que elas tenham tratamento psicológico, educacional e laboral, caso seja necessário;

4.5.3. Realizar mais investimentos em Centros de Atendimentos públicos para mulheres e vítimas de violência, construindo novos centros nas regiões periférica dos municípios onde a violência se mostra mais alarmante, pulverizando e democratizando os espaços de proteção às vítimas de violência;

4.5.4. Promover campanhas educativas e garantir investimentos nas políticas assistenciais contra a violência a mulher, conscientizando a população sobre a violência de gênero e criando condições para combatê-las;

4.5.5. Realizar cursos e workshops de capacitação e formação para os profissionais envolvidos na rede de acolhimento à mulher em situação de violência doméstica, capacitando profissionais para uma atuação mais qualificada e humanizada com as mulheres vítimas de violência;

4.5.6. Promover campanhas de prevenção à violência contra a mulher com eventos em escolas públicas e outros espaços públicos da cidade, conscientizando acerca dos direitos das mulheres e medidas de combate a violência doméstica e familiar, bem como, divulgar quais os mecanismos de proteção à mulher existem na cidade.

Para garantia da Saúde da mulher:

4.5.7. Criar espaços voltados para a maternidades e centros de parto humanizado, garantindo assistência para mulheres durante a gravidez, parto e pós-parto;

4.5.8. Reestruturar e humanizar o Hospital Municipal da Mulher, garantindo acesso à saúde especializada pública e de qualidade para as mulheres;

4.5.9. Promover ações de conscientização sobre a saúde da mulher em espaços públicos da cidade, incluindo atividades de capacitação e formação para profissionais da área da saúde, capacitando os profissionais para uma atuação mais qualificada e humanizada com as mulheres;

4.5.10. Promover cursos e workshops acerca do atendimento de mulheres vítimas de violência de gênero para profissionais da área da saúde. Objetivo: Capacitar os profissionais para uma atuação mais qualificada e humanizada com as mulheres vítimas de violência;

4.5.11. Promover campanhas contra a violência obstétrica, com campanhas e cursos de formação para os profissionais, garantindo o acesso a saúde de qualidade e o combate a uma das formas de violência de gênero.

4.5.12. Promover, proteger e apoiar à amamentação e à alimentação complementar saudável, bem como a criação um banco de leite, garantindo segurança alimentar aos recém-nascidos que não tiverem acesso natural à amamentação.

Sobre Educação infantil e creches:

4.5.13. Garantir creches e escolas de educação infantil de turno integral e ampliação do atendimento das creches para os horários noturnos, garantindo que mães que trabalhem ou estudem a noite, tenham onde deixar seus filhos em segurança;

4.5.14 Criar campanhas para combater o assédio moral, sexual e toda forma de violência sexista, debatendo com a população e garantindo os direitos das mulheres;

4.5.15. Emitir anualmente um relatório local acerca da situação das mulheres no município de Cabo Frio em diferentes aspectos, com levantamento de dados da violência de gênero, atendimentos da rede de acolhimento e dos órgãos de saúde, entre outros, publicizando a atuação do Poder Público, bem como traçando um panorama geral da vida das mulheres em Cabo Frio para guiar a criação de políticas públicas ou melhoria nas já existentes; e,

4.5.16. Integrar aos Centros de Referência, espaços de formação e capacitação para mulheres para promoção da inserção das mulheres no mundo do trabalho, incentivando sua autonomia financeira.

COMUNIDADE LGBTQTT+

O Brasil é o país que mais mata lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e transgêneros no mundo. Segundo o Grupo Gay Bahia, de 2016 a 2017, o número de assassinatos de LGBTQTT cresceram 30%, sendo a maioria vítimas de morte por armas de fogo e na rua. A Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), aponta que 90% das pessoas trans recorrem à prostituição em algum momento da vida. E novamente de acordo com o relatório de 2018 do

Grupo Gay da Bahia, a maior parte das violências contra os LGBTs se encontra primeiramente entre travestis e transexuais.

Em Cabo Frio o cenário não é diferente, e o poder executivo ainda tem dificuldades de transformar a cidade em um espaço acolhedor e que consiga investir com eficiência e comprometimento em políticas públicas prezando pela geração de emprego e renda, respeito e uma vida plenamente digna a comunidade LGBTTT+, para isso propomos:

4.5.17. Ampliar e promover a manutenção da Coordenadoria dos direitos LGBTTT+, bem como do Centro de Acolhimento a População LGBTTT+, garantindo espaço institucional para ampliar as políticas públicas, e combater a violência LGBTTT+fobica;

4.5.18. Promover campanhas educativas e garantir investimentos nas políticas assistenciais contra a violência aos LGBTTT+s, conscientizando a população sobre a violência contra a população LGBTTT+, criando condições para combatê-las;

4.5.19. Criação de campanhas para combater o assédio moral, sexual e toda forma de violência sexista e LGBTTT+fobica;

4.5.20. Criar a casa-abrigo para membros da comunidade LGBTTT+ vítimas de exclusão familiar, seja por processo de violência física ou psicológica, de modo que não fiquem desamparadas e contem com apoio multiprofissional; e,

4.5.21. Assegurar o uso do nome social em todos os formulários, protocolos e demais atos no âmbito da administração municipal para pessoas transgênero e não-binárias.

4.6. DIREITOS HUMANOS E COMBATE AO RACISMO

Nas últimas três décadas, Cabo Frio experimentou um crescimento exponencial de sua população, fruto do processo de urbanização que as cidades do interior do estado do Rio de Janeiro passaram. Mas esse crescimento não veio acompanhado de políticas públicas para a população que começava a se expandir por todas as partes do território municipal, muito pelo contrário, a população da periferia e do segundo distrito não foram atingidas por políticas públicas, ficando esta restrita apenas à parte mais central da cidade.

Em sua maioria negra/parda, a população de Cabo Frio enfrenta um verdadeiro descaso na saúde, na educação, segurança pública, mobilidade urbana e as falta de saneamento básico, que agrava ainda mais a situação.

Na região da Fazenda Campos Novos, em Tamoios, as comunidades agrícola sofrem também com esse descaso. Essa Fazenda serviu de entreposto no processo de escravidão ao qual nosso país passou, por mais de 350 anos. Uma parcela significativa da população dessa área é descendentes de escravizados, que formam os Quilombos daquela região. Mas, o poder público não reconhece a importância histórica dos negros e negras na construção dessa cidade, deixando às margens essa população tão importante para o Brasil. O que se vê há muito é completo descaso com as regiões de periferia da cidade e o segundo distrito, no geral.

Para resolvermos essas e outras questões, propomos:

4.6.1. Criar a Secretaria de Direitos Humanos e Combate ao Racismo, garantindo espaço institucional para ampliar as políticas públicas sobre o tema através do Conselho Municipal de Igualdade Racial;

4.6.2. Incentivar Projeto de Lei que institui como feriado civil o dia 20 de novembro (Dia Nacional da Consciência Negra), garantindo data nacional e unificada de memória da luta do povo Negro no Brasil, em especial a vida e luta de Zumbi dos Palmares;

4.6.3. Garantir através da secretaria de Direitos Humanos e Combate ao Racismo, medidas contra a intolerância às religiões de matriz africana, garantindo a efetividade da liberdade religiosa, combate ao racismo e respeito às religiões de matrizes africanas;

4.6.4. Lutar pela Implementação da Lei 10.639/2003 que obriga o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira e indígena em todas as escolas, apresentando a verdadeira história da cultura africana, afro-brasileira e indígena, fortalecendo a consciência e identidade racial da população negra Brasileira;

4.6.5. Garantir verbas para as políticas de combate ao racismo, criando condições materiais para implementação de projetos e políticas de combate ao racismo;

4.6.6. Incentivar a promoção de Saúde da População Negra, garantindo mais acesso e melhor tratamento da população negra na saúde pública, impedindo a discriminação racial e promovendo igualdade do acesso;

4.6.7. Garantir aprovação de lei que destine 30% das vagas em concursos públicos municipais aos negros e indígenas, garantindo acesso da população negra a postos públicos de trabalho;

4.6.8. Retirar imediatamente estátuas, nomes de ruas e praças, ou nomes de prédios institucionais, que fazem referência a racistas e fascistas, garantindo que homenagens sejam feitas apenas a defensores do povo;

4.6.9. Criar o Núcleo de Estudo Afro-brasileiro Municipal e em parceria com instituições públicas de educação da região, divulgar aspectos culturais, políticos e sociais da cultura afro-brasileira;

4.6.10. Mapear, através de pesquisa guiada, a maior concentração de pessoas negras para que políticas públicas voltadas para esse grupo sejam mais eficazes;

4.6.11. Assegurar a liberdade religiosa, especialmente às religiões de matrizes Afro-brasileira;

4.6.12. Criar políticas públicas para o reconhecimento e demarcação das terras Quilombolas e Rurais;

4.6.13. Fortalecer o turismo de base comunitária nos Quilombos da cidade; e,

4.6.14. Fomentar o escoamento da produção agrícola das comunidades quilombolas priorizando a alimentação escolar, restaurantes populares e projetos que contribuam com a segurança nutricional e alimentar.

4.7. MEIO AMBIENTE

Cabo Frio é um município costeiro que apresenta elevado valor como fonte de recursos naturais, estéticos, econômicos e geopolíticos. No entanto, é importante destacar que a ocupação da cidade vem se intensificando nas últimas décadas, decorrente de dois vetores prioritários de desenvolvimento: a urbanização e a exploração turística.

Nesse sentido, a contextualização desses processos é essencial para o entendimento da dinâmica socioespacial da cidade, pois os impactos ambientais decorrentes das pressões antrópicas na região têm afetado os recursos pesqueiros, provocado a destruição de habitats, a alteração dos recursos hídricos e a perda do patrimônio histórico e cultural (sítios arqueológicos e edificações históricas), o que causa o decréscimo do potencial turístico local.

A cidade de Cabo Frio se destaca por estar inserida na área delimitada como Centro de Diversidade Vegetal de Cabo Frio (CDVCF), que recobre uma extensão aproximada de 1.562 Km² e abrange também mais sete municípios do estado do Rio de Janeiro: Arraial do Cabo, Maricá, Saquarema, Araruama, Iguaba Grande, São Pedro da Aldeia, Cabo Frio e Armação dos Búzios. O CDVCF apresenta peculiaridades climáticas, geológicas e ecológicas que condicionam diversas formações vegetais, com muitas espécies endêmicas e raras.

A vegetação dessa região é composta por Floresta Ombrófila Densa, Floresta Estacional Semidecidual, Floresta Estacional Seca e Formações Pioneiras. Estas últimas são subdivididas em Restinga arbórea, Restinga arbustiva e Restinga herbácea. Essa diversidade de ecossistemas, associada às belas praias da região, agregam valor ao turismo que é a principal atividade econômica da região.

No entanto, o adensamento populacional e a urbanização crescente, em um curto espaço de tempo, trouxeram consequências ambientais que hoje são identificadas nas mudanças significativas do uso solo e podem comprometer a qualidade ambiental e as atividades econômicas da cidade.

Apesar de uma grande parte dos remanescentes de Mata Atlântica em Cabo Frio estar protegida no Parque Estadual da Costa do Sol (PECS), é importante destacar que relevantes áreas do ponto de vista ecológico, ambiental e paisagístico não foram incluídas na sua área. Sendo assim, muitos remanescentes de vegetação encontram-se sem proteção legal.

Boa parte da vegetação de restinga foi perdida e a vegetação remanescente ainda sofre com a pressão da especulação imobiliária. Além deste cenário, ainda existe a iminência de implantação de novos empreendimentos turísticos de grande porte em áreas que ainda apresentam vegetação natural e em bom estado de conservação, sendo este um fator de preocupação com a conservação dos ecossistemas região.

Considerando o contexto exposto, é notável que a atividade turística na região tem sido a principal responsável pelos conflitos socioambientais identificados na cidade. No entanto, esses conflitos interferem na qualidade ambiental e impacta a qualidade de vida da população, principalmente da população pobre e periférica que acaba sendo vítima de injustiça e racismo ambiental.

Com isso, verifica-se a necessidade de criação e implantação de políticas públicas que venham propor estratégias de conservação e gestão do meio ambiente com foco nas seguintes áreas:

- Saneamento Ambiental;
- Gestão do uso dos recursos naturais;
- Gestão do patrimônio material e imaterial;
- Gestão dos conflitos socioambientais;
- Gestão das Unidades de Conservação do município.
- Gestão dos recursos hídricos;
- Preservação da pesca artesanal; e,
- Educação ambiental.

Propostas:

4.7.1. Saneamento Ambiental

- Criar, fortalecer e/ou consolidar, na Administração Pública, instrumentos para acompanhamento, regulação e participação no desenvolvimento das ações e serviços públicos de saneamento básico, bem como na execução dos contratos com as companhias estaduais ou com as empresas privadas, para o cumprimento dos investimentos planejados e dos compromissos de expansão dos serviços;
- Criação ou fortalecimento de fundo municipal de saneamento básico, articulado ao Conselho, de modo a garantir a complementação de recursos estaduais ou federais e a permanência dos projetos de saneamento básico e de urbanização de favelas;
- Integração do saneamento básico (água, esgoto, resíduos sólidos e drenagem) ao planejamento participativo com as políticas públicas de desenvolvimento urbano e rural, habitação, meio ambiente e saúde;
- Criação de mecanismos que garantam a acessibilidade financeira compatível com a capacidade de pagamento das tarifas pela população de seu município, indistintamente de sua condição social.
- Adoção de critérios para atender aos inscritos no CADÚnico e aos beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC) com a cobrança de tarifa social pela prestação de serviços públicos de saneamento básico.
- Adoção de procedimentos que garantam o fornecimento diário de um volume mínimo de água a todos os usuários residenciais em situação de inadimplência motivada pela incapacidade de pagamento, suficiente para as atividades de higiene necessárias à prevenção dos riscos e à promoção da saúde.
- Implementar projetos de educação ambiental que promovam a conscientização dos diferentes setores sobre a importância e o valor da água potável como um direito humano e que proteja e promova a cidadania;
- Criar legislação local para tornar obrigatória a oferta gratuita de água potável (bebedouros) em espaços públicos como parques e praças, fortalecendo o

compromisso com a segurança sanitária da água da rede pública e incentivando o consumo da água não engarrafada;

- Criar legislação local para aumentar, dentro do Programa Nacional de Vigilância da Qualidade da Água para Consumo Humano (VIGIAGUA), a quantidade de princípios ativos de agrotóxicos a serem monitorados para avaliação da qualidade da água, de acordo com o seu cronograma e perfil agropecuário de cada município;
- Posicionar-se contrariamente a qualquer projeto de mineração ou que produzam desmatamento de mata ciliar que coloque em risco o abastecimento de água segura na região, bem como as matas nativas e as populações do entorno;
- Promover e apoiar pesquisas que enfoquem a reciclagem e a reutilização de resíduos a fim de reduzir a extração na natureza; e,
- Implementar programas que garantam a destinação correta e segura de resíduos não passíveis de reciclagem ou reutilização, obedecendo o Programa Nacional de Resíduos Sólidos.

DEMANDAS DOS TERRITÓRIOS

- Implantação de um sistema de coleta de esgoto em bairros menos favorecidos e em expansão (construção de fossa-filtro-sumidouro);
- Tratamento terciário de 100% do esgoto coletado na cidade;
- Garantia de abastecimento de água em loteamentos novos e em expansão;
- Gestão integrada de resíduos sólidos de acordo com a proposta da Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010), incluindo programas de estímulo a coleta seletiva junto aos catadores existentes, capacitando-os e auxiliando a criação de cooperativas; e,
- Implantação do sistema de compostagem de materiais orgânicos, principalmente de poda de árvores e roçadas feitas pela própria prefeitura.

4.7.2. Gestão do Meio Ambiente Urbano:

- Ampliação de ciclovias. Asfaltamento do acostamento da estrada do Guriri para facilitar e dar mais segurança aos ciclistas; e,
- Arborização urbana com espécies nativas da região, com sementes coletadas localmente e produção de mudas no horto municipal.

4.7.3. Programa de Educação Ambiental:

- Elaboração e implantação de programas e projetos de educação ambiental nas escolas em parceria com secretaria do ambiente;
- Estímulo ao plantio de frutíferas nativas nos quintais das casas;
- Realizar ações de educação ambiental que visem a conscientização dos diferentes setores acerca do impacto de atividades industriais ou agropecuárias sobre a vida, as comunidades, os biomas e seus serviços ambientais;

4.7.4. Gestão de Unidades de Conservação:

- Fortalecimento da gestão das Unidades de Conservação (UC) do município;
- Fortalecimento dos conselhos das UCs garantindo ampla participação da sociedade civil, principalmente a população tradicional, tais como quilombolas e pescadores.
- Criação de editais para incentivo a pesquisa nas áreas das UCs;
- Criação e implementação de acordos de gestão compartilhada entre a secretaria municipal de meio ambiente e órgãos estaduais (INEA) e federais (ICMBio).

4.7.5. Recuperação de Áreas Degradadas:

- Parceria com instituições de pesquisa para identificação e caracterização das áreas degradadas do município;
- Restauração ambiental dos morros da guia, do telégrafo e demais áreas degradadas da região; e,
- Criação de um horto para produção de mudas de espécies nativas que serão usadas na recuperação das áreas degradadas.

4.7.6. Gestão do patrimônio natural e cultural:

- Pensar as áreas tombadas das Dunas de Cabo Frio (INEPAC/INEA) como áreas ambientais estratégicas para a conservação ambiental regional entre os municípios de Cabo Frio e Arraial do Cabo;
- Reconhecimento, valorização e salvaguarda do patrimônio natural e cultural, material e imaterial, a partir dos “lugares de sabedorias”, com a presença e protagonismo dos mestres sabedores da cultura popular ao visar gerar trabalho e renda através do TBC - Turismo de Base Comunitário;
- Interpretação e sinalização turística e ambiental das áreas históricas e culturais do entorno do centro da cidade a fim de gerar trabalho e renda com a proteção e valorização dos bens edificados da cidade. e,
- Reconhecimentos dos “cantos de praias”, “estaleiros”, “pescueiros” e locais de embarque/desembarque dos “territórios da pesca tradicional” de Cabo Frio em políticas públicas de reconhecimento social, proteção e de salvaguarda dos bens materiais e imateriais associados a mesma.

4.7.7. Sustentabilidade da pesca artesanal:

- Programa de estímulo à pesca sustentável, fazendo um trabalho tanto de educação ambiental quanto fiscalização dos desembarques de pesca e das peixarias;
- Campanha pública e obrigatoriedade de cartazes nas pescarias que informem o consumidor sobre as espécies proibidas de pesca, períodos de defeso, tamanho mínimo de pesca. Assim a população tem como boicotar esses produtos e denunciar;
- Maior rigor no controle de embarcações de arrasto que vêm de outras cidades / estados. Instalação de barreiras corta rede de arrasto no fundo do oceano. Estímulo ao cooperativismo de pescadores para produção de produtos beneficiados da pesca.

4.7.8. Propostas para o distrito de Tamoios:

- Implantação de uma rede de coleta de esgoto sanitário;

- Ampliação da rede de abastecimento de água para todos os bairros, pois bairros periféricos não recebem água tratada;
- Gestão do Parque Municipal Mico Leão Dourado através do conselho gestor; e,
- Fiscalização e controle das invasões no entorno e dentro das áreas de interesse ambiental como fragmentos de vegetação e entorno das Lagoas Costeiras.

Diante das demandas e propostas apresentadas, o presente programa prevê ainda a implantação de uma proposta de Gestão Ambiental integrada da cidade com os seguintes objetivos:

- (a) restaurar e manter a integridade ecológica dos ecossistemas da cidade;
- (b) reduzir os conflitos de uso dos recursos naturais;
- (c) manter a saúde do meio ambiente; e,
- (d) facilitar o progresso do desenvolvimento multisetorial, respeitando os valores humanos e os recursos naturais.

4.8. SAÚDE

Fortalecimento da atenção primária em saúde a partir das Unidades Básicas de Saúde (UBSs) e das Equipes de Saúde da Família (ESFs) com ênfase na promoção da saúde e prevenção de doenças desenvolvendo um trabalho interdisciplinar e multiprofissional em articulação com outras políticas públicas essenciais na promoção de saúde, onde as políticas que promovam a saúde devem ser pensadas para além de curar a doença.

Saúde está além da ausência de doenças, devendo ser pensada a partir do bem-estar do ser humano em sua plenitude abrangendo não apenas questões físicas, mas também mentais, emocionais e sociais. Sendo assim, a política de saúde para ser eficaz deve estar articulada com outras políticas sociais como a garantia do acesso à água e esgoto nos bairros populares.

Nesse sentido, o sujeito deve ser compreendido de forma integral e, portanto, é necessário também que as equipes de saúde sejam constituídas de forma multiprofissional e interdisciplinar. Sendo assim, propomos:

4.8.1. Territorialização da Saúde e Atenção Primária:

- Saúde baseada na realidade local;
- Valorização dos sujeitos em sua singularidade, complexidade, integralidade e inserção sociocultural.
- Mapeamento dos distritos sanitários, a área de abrangência das unidades de saúde, as áreas de risco e as famílias.
- Identificação dos equipamentos públicos e sociais do Município (escolas, unidades de saúde, hospitais, CRAS...).
- Elaboração do levantamento de dados epidemiológicos da população (famílias cadastradas, número de consultas médicas, número de visitas domiciliares, atuação da enfermagem, hipertensos, diabéticos, gravidez na adolescência...)
- Vigilância Alimentar e Nutricional (ampliação do SISVAN).
- Implementação dos Núcleos de Apoio à Saúde da Família – NASF (SUS)
- Ampliação dos centros de atendimento para a Saúde Psicológica e Psiquiátrica vinculados às unidades de Saúde.
- Implementação do Programa de Atendimento Melhor em Casa (SUS).
- Promoção de ações coletivas nas unidades de saúde (grupo de gestantes, grupos terapêuticos...).
- Desenvolvimento de um Programa de Educação e Saúde nos bairros a partir das unidades de saúde.
- Implementação de farmácia por unidade de saúde de atendimento primário.

- Modernização dos sistemas de prontuários através do desenvolvimento de rede digital integrada.
- Implementar a Iniciativa Hospital Amigo da Criança na rede pública municipal de atenção à saúde, além de incentivar a implementação dessa iniciativa em hospitais gerenciados por outras esferas do governo e da rede privada no município (Portaria Nº 1.153/2014);
- Implantar a rede de postos de coleta e de Bancos de Leite Humano; e,
- Qualificar a rede básica de saúde para a promoção da amamentação e da alimentação saudável nos primeiros anos de vida junto às famílias e comunidades com base nas diretrizes do Guia Alimentar para Crianças Brasileiras Menores de 2 Anos e em políticas e programas como a Estratégia Amamenta e Alimenta Brasil.

4.8.2. Controle Social em Saúde:

- Realização de conferência municipal de saúde com o objetivo de promover o empoderamento dos profissionais da saúde e de toda a sociedade, fazendo com que o investimento e as ações da prefeitura sejam debatidos coletivamente.
- Criação do sistema de gestão das unidades de saúde com gestores eleitos pelos pares e fiscalizados pela comunidade da sua área de abrangência.
- Promoção da capacitação contínua dos Conselheiros do Conselho de Saúde Municipal.
- Publicização do Calendário de Reuniões do Conselho de Saúde.
- Publicização das Atas das reuniões do Conselho de Saúde.

4.8.3. Valorização dos Profissionais da Saúde:

- Realização de concurso para garantir que todos os profissionais da saúde sejam do quadro efetivo dos servidores públicos.
- Implementação de programa contínuo de capacitação para os profissionais da saúde;
- Criação de equipe administrativa especializada em saúde para dar suporte técnico às unidades de saúde e para fazer os devidos lançamentos nas plataformas governamentais.
- Implantar salas de apoio à amamentação nas repartições públicas municipais e encorajar sua implementação em locais de trabalho de outras esferas do governo e privadas;
- Ampliar a licença maternidade para pelo menos 6 meses e a licença maternidade para pelo menos 30 dias para os servidores municipais e cargos comissionados;
- Criar legislação local para proibir a publicidade, oferta e comercialização de alimentos ultraprocessados nos órgãos e instituições públicas municipais visando a proteção da saúde dos seus trabalhadores;

4.9. QUESTÃO ANIMAL

Objetiva-se instituir política pública municipal de proteção aos animais e solucionar definitivamente o controle de natalidade da população de cães e gatos do município.

Propomos:

4.9.1. Reformar o Canil municipal, colocá-lo em boa situação para receber animais de rua, ter uma clínica veterinária acoplada ao canil para voltar a fazer tratamentos, atendimentos emergenciais, vacinações e castrações. Enfim, torná-lo um local agradável e um lar para os animais que hoje estão em situação de rua.

4.9.2. Rever o contrato dos veterinários da prefeitura e aloca-los para trabalhar exclusivamente no canil, se necessário fazer novos concursos para veterinários e técnicos para trabalhar com escalas de trabalho em um sistema de rodízio de plantões de 24h.

4.9.3. Esterilização de todos os animais resgatados a partir dos dois meses de vida, usando-se do método do gancho, minimamente invasivo, sem pontos externos e com recuperação rápida e segura. Em poucas horas após a cirurgia os animais já ficam aptos ao convívio. Além disso, fazem-se necessárias campanhas de vacinação e castração gratuita, oferecidas pela prefeitura em diversos bairros do município. Para levar as castrações nos bairros, já se tem uma solução que é o “Castra-móvel”, ele já existe, basta apenas reativá-lo e utilizá-lo de maneira eficaz.

4.9.4. Criação de um perfil da prefeitura em Plataformas digitais como Facebook e Instagram para anunciar animais disponíveis para adoção. Tendo em vista que isso já funciona com protetoras famosas na cidade e é bem eficiente. Esses perfis vão publicar também:

- i. Cartilhas educacionais falando da importância da castração, conscientizando a população;
- ii. Cartilhas alertando sobre leis de maus tratos e telefones para denúncias;
- iii. Animais desaparecidos;

4.9.5. Criação de uma equipe de agentes da prefeitura para fazer o resgate dos animais nos bairros. Tarefas destinadas a essa equipe:

- i. Responsáveis pelo resgate;
- ii. Fiscais de maus tratos e abandonos;
- iii. Assumirão também o trabalho com mídias sociais, divulgando animais para adoção, animais perdidos e cartilhas educacionais;

4.9.6. Criação do “Dia da proteção animal na escola”: para que alcancemos plenamente todos objetivos, é fundamental a efetiva participação da comunidade no projeto, e sabemos que para que algo mude de maneira definitiva, a educação deve estar presente. Sugerimos então a criação de um dia ou semana na escola para fazer atividades relacionadas à proteção animal, com ênfase no abandono, maus tratos e importância da esterilização. Esses alunos vão recomendar a seus pais para realizarem a castração de seus animais domésticos e isso ajudará o cumprimento efetivo do projeto.

Motivos para que a questão animal seja priorizada como política pública permanente:

- a. Evitar a transmissão de doenças que podem ser transmitidas por animais doentes causando até vítimas fatais e superlotando os hospitais públicos, impactando na saúde da cidade.

Doenças como:

- i. Leishmaniose
 - ii. Raiva
 - iii. Toxoplasmose
 - iv. Leptospirose
 - v. Micoses
 - vi. Tuberculose
 - vii. Verminose
- b. Por uma questão ética também de reduzir os sofrimentos vividos pelos animais abandonados, fruto da crueldade humana. Por isso, cabe ao prefeito, tutor legal dos animais não domiciliados que vivem no município, criar iniciativas que reduzam as atrocidades.
 - c. Para solucionar a problemática dos animais abandonados na cidade, pois esse projeto também prevê o controle efetivo do número de animais abandonados não castrados e, em poucos anos, não havendo mais excesso de nascimento, não existirão mais animais abandonados e em sofrimento.

Beneficiados da implantação dessas políticas públicas:

4.11a.1 Em primeiro lugar, os animais serão os maiores beneficiários desse projeto, as esterilizações diminuem muito os riscos de doenças uterinas e do sistema reprodutor, o câncer de mama e etc... Além disso, não sofrerão com fome, sede e agressões nas ruas.

4.11b.1 Benefícios para a população de Cabo Frio com a criação de vagas de emprego tanto para trabalhar na equipe de resgate, quanto para o trabalho interno no canil, assim como a abertura de concursos para veterinários, zootecnista e técnicos com curso específicos.

4.11c.1 Benefícios para a Prefeitura com a cidade mais limpa, população com menos riscos a doenças contagiosas, hospitais menos lotados.

*Todos esses fatores refletirão também no turismo da cidade (atividade que movimenta bastante o município) fazendo com que os visitantes voltem outras vezes e façam boas recomendações do local.

4.11d.1 Benefícios também para o prefeito que terá sua credibilidade aumentada, deixando sua marca histórica na administração, consciência tranquila por saber que fez o possível para minimizar a crueldade vivida pelos animais abandonados e o reconhecimento da população.

4.10. FINANÇAS

4.10.1. Taxar grandes propriedades e grandes empresas fazendo com que o ITBI, ISS e IPTU seja maior em que ganha mais, realizando uma reforma tributária municipal que amplie o pagamento de impostos por parte dos mais ricos, e desonere pequenas empresas e a população mais pobre. Dessa forma, espera-se garantir mais equilíbrio social e melhorias nos serviços oferecidos pela gestão municipal.

4.10.2. Isenção de pagamento do IPTU para as famílias com renda per capita de 1 salário mínimo. Objetivo: desonerar as famílias de baixa renda;

4.10.3. Realizar uma auditoria da dívida do município. Objetivo: Eliminar a sangria desordenada de recursos públicos e melhorar a capacidade financeiro do município para atender os interesses da população;

4.10.4. Reverter todas as privatizações, terceirizações e parcerias público-privadas dos equipamentos e empresas municipais. Investir e tornar as empresas públicas socialmente referenciadas progressivamente. Objetivo: manter o patrimônio público, impedir a financeirização e o endividamento;

4.10.5. Realizar auditoria dos grandes devedores de impostos, majoritariamente as grandes empresas. Exigir o pagamento imediato ou progressivo dos bilhões devidos. Objetivo: Fazer com que os grandes bancos e empresas paguem o ISS e IPTU, e reduzir impostos para os pequenos e médios empresários; e,

4.10.6. Criar fóruns de orçamento participativo: Objetivo: O povo participar da decisão em relação ao direcionamento da parte principal do orçamento da cidade, com a criação de mecanismos de participação direta do povo.

4.11. PROGRAMA DE SEGURANÇA

A Guarda Municipal não será militarizada e racista, mas guardiã dos equipamentos e espaços públicos. Sua função também será para combater a violência contra as mulheres, jovens, LGBTT+’s, negros e negras. Para isso propomos:

4.11.1. Garantir condições de trabalho para a Guarda Municipal, combatendo a precarização e o desvio de recurso para insumos essenciais para o cumprimento da função da guarda e aperfeiçoamento das condições;

4.11.2. Realizar a conferência municipal de segurança, promovendo debates sobre segurança pública e de toda a sociedade, fazendo com que o investimento e as ações da prefeitura sejam debatidos coletivamente;

4.11.3. Garantir a ampliação da iluminação das vias públicas utilizando energia sustentável, possibilitando mais segurança na vida noturna da cidade;

4.11.4. Criar o Centro de Inteligência de Segurança Pública Municipal: Sargento Luiz Paulo Costa Silva, viabilizando integração da inteligência das Polícias Federal, Civil, Militar e da Secretaria de Segurança Municipal.

4.11.5. Criar portais monitorados 24 horas por todas as entradas/saídas do município e distribuir câmeras de monitoramento, pelas principais rotas e praças da cidade, do bairro Foguete, passando por todo Jardim Esperança até o 2º distrito.

4.12. COMUNICAÇÃO

4.12.1. Criação de uma TV e uma Rádio Municipal. Objetivo: Garantir a democratização dos meios de comunicação, facilitando a comunicação da prefeitura com a população e enfrentando as oligarquias que controlam a imprensa na cidade;

4.12.2. Realizar a conferência municipal de comunicação. Objetivo: Promover o empoderamento dos profissionais da comunicação e de toda a sociedade, fazendo com que o investimento e as ações da prefeitura sejam debatidos coletivamente;

4.12.3. Estimular e apoiar a estruturação e funcionamento de meios de comunicação populares e comunitários. Objetivo: Avançar no processo de democratização dos meios de comunicação; e,

4.12.4. Instituir o projeto “Cabo Frio Conectada”, disponibilizando para toda população cabofriense acesso à internet por meio de wi-fi disponível nas principais praças e avenidas da cidade.

4.13. MORADIA

4.13.1. Promover uma profunda Reforma Urbana que democratize o espaço urbano e garanta o Direito à cidade para toda a população. Objetivo: Garantir que os imóveis e terrenos desocupados sejam destinados a eliminação do déficit habitacional;

4.13.2. Implementar a Função Social da Propriedade prevista na Constituição Federal. Objetivo: Destinar imóveis e terrenos ociosos que não estejam cumprindo função social para fins de moradia popular;

4.13.3. Implementar Tarifas Sociais para os serviços públicos essenciais, garantindo acesso universal e de qualidade ao abastecimento d'água, saneamento, coleta de lixo e energia elétrica. Objetivo: Desonerar o orçamento das famílias de baixa renda;

4.13.4. Regularização fundiária de moradias em favelas, ocupações e bairros populares. Objetivo: Garantir o direito legal à moradia;

4.13.5. Criar o Programa de Coleta Solidária para estimular o descarte consciente dos resíduos sólidos e promover o desenvolvimento de cooperativas de catadores de material reciclável. Objetivo: Desenvolver práticas de Economia Solidária e ação de cooperativismo popular;

4.13.6. Fazer auditoria de todos os contratos da Prefeitura com as empresas de limpeza urbana. Objetivo: Eliminar a corrupção e garantir que o dinheiro público seja utilizado efetivamente para garantir o asseio e conservação da cidade;

4.13.7. Investir em obras de infraestrutura urbana que visem a maior integração da cidade, pondo fim à divisão entre a cidade dos ricos e a cidade dos pobres. Objetivo: Utilizar os recursos públicos para superar a segregação social e espacial da cidade, criando frentes emergenciais para obras de infraestrutura nos bairros pobres;

4.13.8. Criar Empresa Municipal de Limpeza Urbana. Objetivo: Oferecer um serviço de qualidade à população e economizar milhões de reais que hoje são gastos com empresas privadas;

4.13.9. Garantir o saneamento básico em toda a cidade. Pelo fim da privatização das empresas de abastecimento de água e de saneamento básico e reestatização daquelas privatizadas. Objetivo: Oferecer moradia digna nos bairros com abastecimento de água e saneamento básico. A ausência de saneamento é uma realidade que provoca o aumento das doenças, ampliando o sofrimento da população, especialmente os mais pobres. A água é um bem natural e não pode ser tratada como mercadoria, diferente do que dizem aqueles que defendem a privatização, a mercantilização da água e privatização das empresas de saneamento e água vão tornar as tarifas mais altas, restringir ainda mais o acesso e piorar a qualidade da água e do serviço prestado.

4.13.10. Realizar a conferência municipal de Moradia. Objetivo: Promover o empoderamento de toda a sociedade, fazendo com que o investimento e as ações da prefeitura sejam debatidos coletivamente;

4.13.11. Política social e habitacional para a população de rua. Objetivo: Ampliação de abrigos e albergues que funcionem em tempo integral para a população de rua, ampliação da política de saúde dos consultórios na rua e fortalecimento da política de assistência social; Construção de espaços públicos para que a população de rua possa descansar e se alimentar com qualidade, além de receber atendimento médico e educacional. Garantia de política habitacional para aqueles que desejarem sair da situação de rua e fim da criminalização e da violência estatal contra a população de rua.

4.14 MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTE PÚBLICO

Temos como proposta central a redução da tarifa de transporte público garantindo que o gasto com transporte para ir e voltar diariamente de qualquer ponto da cidade não ultrapasse 5% do salário mínimo, ou seja, uma passagem com custo aproximado de R\$2,00. Precisamos realizar ações que garantam esse valor do transporte, para isso propomos:

4.14.1. Criação de uma empresa pública municipal de transporte. Objetivo: Oferecer um serviço de qualidade e com preço módico a toda população, a garantia do direito de ir e vir está acima do lucro, reduzindo a necessidade do uso de carros particulares diminuindo a emissão de gás carbônico e a poluição na cidade, além da **geração de empregos** a partir de concursos públicos;

4.14.2. Fim da máfia do transporte: Auditoria de todos os contratos de concessão do transporte coletivo e paulatina transferência das concessões para empresas públicas. Objetivo: Combater a sonegação fiscal, resgatar o dinheiro público do transporte municipal para ampliar o acesso da população. Investigar e eliminar as possibilidades de corrupção nas relações entre os empresários do transporte e a gestão municipal;

4.14.3. Municipalização das empresas de transporte que descumprirem suas obrigações contratuais de atendimento à população. Objetivo: Gradativamente ir criando as condições para a municipalização de todo o transporte coletivo, o que permitirá garantir o livre acesso dos estudantes, desempregados, portadores de necessidades especiais, professores, além de garantir a modicidade do preço da passagem e ampliação dos empregos com melhores salários e mais direitos;

4.14.4. Passe livre para os estudantes e desempregados durante toda a semana, incluindo os domingos e feriados. Objetivo: Garantir o acesso dos estudantes a educação e ao lazer. Facilitar a vida do trabalhador desempregado na sua busca por emprego. Sem salário o direito de ir e vir do trabalhador está prejudicado. É necessário permitir a sua movimentação na busca por emprego;

4.14.5. Criação, melhorias e ampliações de terminais de transporte coletivos para integração dos diferentes serviços. Objetivo: Facilitar a circulação na cidade gastando menos, aproveitando a geografia e interligando os meios de transporte possíveis;

4.14.6. Ampliação de ciclovias em todos os bairros, interligando as principais avenidas. Objetivo: Ampliar a mobilidade na cidade, diminuindo o trânsito, reduzindo a emissão de poluentes;

4.14.7. Regulamentação do transporte alternativo: Objetivo: Garantir segurança para os passageiros através do cadastro de todos os condutores que operam nesse serviço, especialmente os oferecidos por aplicativos;

4.14.8. Realização da Conferência municipal de transporte. Objetivo: Garantir a participação da sociedade nos debates referentes ao transporte. O conselho terá um caráter propositivo, sendo subordinado ao Conselho da Cidade, órgão que existirá como espaço de participação da população nas decisões políticas da cidade;